



FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FUNDURB  
BALANÇETE ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Outubro/2017

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = (c-b))
RECEITAS CORRENTES (I)	15.000.000,00	15.000.000,00	9.971.668,17	(5.028.331,83)
RECEITA PATRIMONIAL	15.000.000,00	15.000.000,00	9.918.126,03	(5.081.873,97)
Recostas de Valores Mobiliários	15.000.000,00	15.000.000,00	9.918.126,03	(5.081.873,97)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	53.542,14	53.542,14
Recostas Correntes Diversas	-	-	53.542,14	53.542,14
RECEITAS DE CAPITAL (II)	249.973.455,00	249.973.455,00	166.286.124,47	(83.707.330,53)
Outras Recostas de Capital	249.973.455,00	249.973.455,00	166.286.124,47	(83.707.330,53)
Recostas de Capital Diversas	249.973.455,00	249.973.455,00	166.286.124,47	(83.707.330,53)
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>176.237.792,64</b>	<b>(88.735.662,36)</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>176.237.792,64</b>	<b>(88.735.662,36)</b>
DESEJO (VI)	-	-	-	-
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>176.237.792,64</b>	<b>(88.735.662,36)</b>
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES UTILIZADO PARA CRÉDITOS ADICIONAIS	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	DESPESAS PAGAS (e)	SALDO DA DOTAÇÃO (f) = (a-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	264.973.455,00	264.973.455,00	80.217.605,67	46.742.876,33	46.571.521,45	184.755.849,33
INVESTIMENTOS	264.973.455,00	264.973.455,00	80.217.605,67	46.742.876,33	46.571.521,45	184.755.849,33
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>80.217.605,67</b>	<b>46.742.876,33</b>	<b>46.571.521,45</b>	<b>184.755.849,33</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>80.217.605,67</b>	<b>46.742.876,33</b>	<b>46.571.521,45</b>	<b>184.755.849,33</b>
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	96.020.186,97	-	-	96.020.186,97
<b>TOTAL (XIV) = (XIII + XIII)</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>176.237.792,64</b>	<b>46.742.876,33</b>	<b>46.571.521,45</b>	<b>96.020.186,97</b>

NOTA 1:  
1 Este demonstrativo foi elaborado de acordo com a Lei 4.320/64, Portaria SF nº 266/2016, NBC T 16 - Resolução CFC nº 1.133/2008, Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC 07 e com base na estrutura apresentada conforme DCASP e MCASP 7ª Edição, aprovada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.  
2 Os documentos que serviram de base para sua elaboração, encontram-se em formato digital no Processo Administrativo-(SEI) nº. 6066.2017.0000020-5.

Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados

DESPESAS	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do exercício anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	26.982,28	11.784.725,75	5.704.534,03	5.704.534,03	6.080.191,72	26.982,28
INVESTIMENTOS	26.982,28	11.784.725,75	5.704.534,03	5.704.534,03	6.080.191,72	26.982,28
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>26.982,28</b>	<b>11.784.725,75</b>	<b>5.704.534,03</b>	<b>5.704.534,03</b>	<b>6.080.191,72</b>	<b>26.982,28</b>

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

DESPESAS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do exercício anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	3.664.449,97	3.664.449,97	-	-
INVESTIMENTOS	-	3.664.449,97	3.664.449,97	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>3.664.449,97</b>	<b>3.664.449,97</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

NOTA 2:  
1) O saldo remanescente de Restos a Pagar não Processados, inscritos em exercícios anteriores, refere-se ao ano de 2014.

Vito Panicali Neto  
Contador  
CRC/SP: 132.989  
SMUL

Francinaldo da Silva Rodrigues  
Coord. de Adm. e Finanças  
CPF: 350.792.538-94  
SMUL

Talita Veiga Cavallari Fonseca  
Secretária Executiva  
CPF: 412.647.488-92  
SMUL

Heloisa M. Salles Penteado Proença  
Secretária Municipal  
CPF: 042.304.748-57  
SMUL

HABITAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMMH  
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO 6º GESTÃO

Data da Reunião: 26 de setembro de 2017  
Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – Auditório da Sala 182 – Centro – SP

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano 2017, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, auditório da sala 182, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 7ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação – 6º Gestão 2016/2018, conforme lista de presença, os **Conselheiros (as)**: Gilmar Souza Santos (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Mariza Dutra Alves (Conselheira Mov. Pop./Mov. dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Verônica Kroll (Conselheira Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Teto de São Paulo); Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Sociedade Civil/APEMEC); Ronaldo Cury de Capua (Conselheiro Sociedade Civil/SINDUSCON-SP) e Fabiana Alves Rodrigues (Conselheira Sociedade Civil/PUC-SP). **Conselheiros (as) ausentes:** Fernando Chucru (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Edson Aparecido dos Santos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Edinalva Silva Franco (Conselheira Mov. Pop./AMMDDS); Rosalvo Salgueiro (Conselheiro Movimentos Populares/Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Cons. Mov. Pop./Mov. Pelo Direito à Moradia – MDM); Thabata Kaoru Yamauchi (Conselheira Sociedade Civil/SCIESP) e Ana Teresa Siqueira de Carvalho (Conselheira Sociedade Civil/ANASP). **Ausências justificadas:** Silvana de Jesus Alves (Conselheira Movimentos Populares/IPAC) e Luciana de Oliveira Royer (Conselheira Sociedade Civil/FAU-SP). **Presentes os senhores (as):** Ana Maria Maluf Moussalli (CMH-SEHAB); Juliana Jacometto Marchi (COHAB); Fernando Augusto Cera (Caixa); Myriam Tazima (COHAB) e Flávio Higuchi Hirao (USINA-CTAH). Outras onze pessoas assinaram a lista de presença. **Pauta da Reunião:** 1) Aprovação da Ata da 6ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação-6ª Gestão realizada em 25/7/2017; 2) Aprovação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação-6ª Gestão realizada em 29/8/2017; 3) Solicitação de Voto CECMMH nº10/2017 - Solicitação de suspensão de prazo dos convênios nº26/2013 e 27/2013 assinados entre a CEF e a COHAB-SP, para o repasse de recursos do FMH nos empreendimentos Novo Horizonte e Conquista do Programa Crédito Solidário-CEF/COOPAMARE; 4) Outros assuntos: 4.1) Preparativos para a Eleição do CMH de 2018 e 4.2) Outros. O senhor Gilmar dá início à reunião e o item 1 da pauta que trata da aprovação da Ata da 6ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação-6ª Gestão realizada em 25/7/2017 é aprovado, por unanimidade dos conselheiros presentes. Passa-se ao item 2 da pauta que trata da aprovação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação-6ª Gestão realizada em 29/8/2017. **Sr. Fernando Cera** - São dois empreendimentos contratados no âmbito do Programa Crédito Solidário, contratação que aconteceu em 04 de novembro de 2008. A contratação foi da Caixa com a Entidade COOPAMARE. A contratação dos dois empreendimentos, o Conquista, na Rua Vitória nº 100, e o Novo Horizon-

te, na Rua Brigadeiro Tobias nº 258. Projeto que já estava com um percentual de obra próximo de 80% e que teve uma suplementação de valores aprovados em 27 de outubro de 2011 e aportados em 04 de julho de 2013. O Novo Horizonte, no valor de R\$ 786.598,21; o Conquista de R\$ 545.470,79 (valores de 2013). Ocorre que essas duas obras estão paralisadas. Foram constatadas irregularidades estruturais. Houve também uma substituição da assessoria técnica desses empreendimentos. Foi identificada também uma dificuldade da continuidade do projeto. A entidade contratou uma assessoria técnica, que é a USINA, que temos aqui presente o Flávio. E a entidade está elaborando novas análises do ponto de vista de laudo estrutural, laudo técnico. **Sr. Flávio** - Na última reunião do Conselho, na Executiva, estava presente também. Havíamos acabado de ser contratados pela COOPAMARE para iniciar esse trabalho. E demos um planejamento de como seria esse trabalho. Basicamente, são três grandes grupos de trabalho, de fases. Uma primeira seria de sistematização e levantamento da documentação, projetos, ARTs, Anotações de Responsabilidade Técnica, etc. Isso já foi feito. Fizemos algumas reuniões com a Caixa Econômica, com a antiga assessoria, para fazer o levantamento de tudo isso. O segundo é o levantamento físico da obra, que é a fase em que estamos. E o terceiro, que só vamos começar quando finalizar o levantamento físico da obra, que é o orçamento e a viabilidade da retomada da obra com recurso que temos em caixa hoje. Basicamente, fomos contratados pela COOPAMARE para chegar a esse objetivo, que é a análise da viabilidade da retomada da obra e, se o resultado for a inviabilidade com esse recurso, então, qual seria a necessidade de suplementação e análise de possíveis recursos para além do Fundo Municipal. Mas não sabemos ainda. Imaginamos que no prazo de dois meses conseguimos ter um resultado dessa viabilidade, quando chegarmos ao orçamento. Estamos no meio do trabalho do levantamento físico da obra. Estamos fazendo As Built de arquitetura e contratamos duas empresas terceirizadas, a CZN Engenharia e Pisa Engenharia, cada uma trabalhando com elétrica, bombeiro, e a parte de hidráulica, para termos uma noção exata de qual é a situação da obra hoje e o que precisamos para finalizar. Em análise, visitando a obra, percebemos que a obra não apresenta fissuras, rachaduras, que sejam muito significativas. A obra está parada há cerca de quatro anos. Já houve um tempo de assentamento das próprias fundações. Mas, de qualquer forma, já estamos em contato com um consultor de engenharia para dar o laudo final sobre a questão estrutural. O trabalho está decorrendo mais ou menos dentro do planejamento, conforme colocamos na última reunião. Iniciamos o trabalho há alguns meses. E estamos no meio do trabalho para realizar esse diagnóstico e daí um prognóstico de como retomar essa obra. **Sr. Marco Antônio** - O que levou a verificar que havia problema estrutural na obra? **Sr. Flávio** - Durante o trabalho da outra assessoria, antes de entrarmos, se percebeu que faltavam grutes na alvenaria estrutural, em determinados pontos. Ai foi contratado um laudo estrutural. A empresa que realizou o laudo estrutural realizou furos em cada um dos pontos onde deveria haver o grute, e fez um levantamento geral do prédio de onde o grute foi concretado e onde não. Na verdade, há pontos em que o grute está feito da maneira correta, que foi concretado com armação. Há lugares que só estão com armação, sem concreto. E há lugares que estão sem concreto e sem armação. Então, essa empresa fez o levantamento geral disso. Estamos agora também analisando isso para tentar entender qual será a melhor forma de reforço estrutural. O que estava dizendo é que, quando ficamos sabendo da falta de grute na alvenaria estrutural, ficamos muito preocupados. E a primeira visita à obra foi justamente com base nessa preocupação. O que percebemos é que, pelo menos, na análise visual, nós, como arquitetos, (mas isso vai depender ainda da análise do engenheiro calculista, que vai nos acompanhar mais para frente), não percebemos grandes fissuras, rachaduras, que pareçam muito comprometedoras, mas

também não podemos dar certeza disso. **Sr. Marco Antônio** - Esse calculista é especializado em alvenaria estrutural? **Sr. Flávio** - Sim. O Yopanan Rebello. Estamos em contato com ele. **Sr. Marco Antônio** - Que atitude vai ser tomada pelos senhores com relação a quem construiu isso antes, ao engenheiro que assinou a ART, que deveria ter fiscalizado a obra, ou à empresa, e não o fez corretamente? **Sr. Flávio** - Quando fizemos essa primeira fase de levantamento de toda a documentação, tudo isso começou inclusive com essa preocupação. Por exemplo, se nós da USINA formos dar continuidade sendo assessoria na continuidade da obra, vamos ter que fazer um relatório, vamos deixar esse relatório muito bem registrado, sobre qual é o momento em que estamos pegando. O As Built que estamos fazendo tem inclusive esse objetivo. Na hora que a obra for retomada, estará sendo retomada a partir de determinado momento porque não podemos nos responsabilizar pelo que foi feito antes, sobretudo naquilo que não conseguimos ver, como fundações, etc. Agora, sobre os erros que foram cometidos, o grute, por exemplo, teríamos que terminar essa sistematização, porque houve algumas empresas que foram contratadas pela própria assessoria, inclusive. A Nena pode até contar melhor, para entender se é o caso de se tomar algumas atitudes sobre os possíveis erros que podem ter sido cometidos. É uma questão para nós também. **Sr. Marco Antônio** - Gostaria de saber se os senhores estão fazendo um levantamento nesse escopo de serviço, do que foi executado, se foi pago exatamente o que foi executado, se foi pago a menos, se foi pago a mais. Se isso vai constar do escopo do serviço. No que foi executado, devem haver as medições do que foi medido, etc. Se isso foi pago corretamente, apesar de haver alguns defeitos, ou se isso foi pago a menos ou a mais. **Sr. Flávio** - Por enquanto não é o foco do nosso trabalho. O que veio como demanda para nós é ver tudo que falta para conseguirmos terminar a obra e conseguir o Habite-se. Esse é um grande objetivo. E quanto precisa para chegar até o Habite-se. Ainda que tenhamos todas as documentações das reuniões que fizemos com a Caixa Econômica, com a antiga assessoria, temos todas as PLs, as Planilhas de Levantamento de Serviço. Mas a principal demanda que nos colocaram é: precisamos chegar até o Habite-se para as famílias poderem se mudar. Quanto precisamos para isso? Esse é o principal objetivo que foi colocado para nós. **Sr. Marco Antônio** - O problema é que estamos lidando com o dinheiro público. Não sei exatamente por quanto os senhores foram contratados e se poderia acrescentar isso e verificar. Porque as coisas que acontecem, temos que evitar que aconteçam no futuro. Se a coisa não ficar correta, se não se verificar quem foi o responsável, denunciar no CREA para que não aconteça novamente, se não verificar o que foi pago, se foi pago a mais ou não, vamos ter no futuro as mesmas coisas acontecendo. Então, essa é a preocupação que eu, como conselheiro, tenho. E gostaria de saber qual valor foi contratado. Já vou adiantar que meu voto é sim pela prorrogação. Evidentemente que queremos que a obra acabe. Acho que esse é o foco principal. Mas, de qualquer forma, acho que, quando vem alguma coisa para votarmos, tem que vir com valores, o quanto se gastou, o quanto não gastou. Porque o que me preocupa muito é muitas vezes dar um preço para uma obra que sabemos ser inexequível e depois a obra vai ficar paralisada. Como está essa desde 2008. Não adianta quereremos fazer obra barata. Temos que fazer obra justa, para que ela tenha um preço. Na última reunião, aprovamos um aditamento, mas que claramente se via que já era um preço inexequível. Então, a empresa pega, depois ela larga, evidentemente. Então, esse tipo de coisa, gostaria muito que fosse encaminhada dessa forma. Evidentemente, que é só prorrogação de prazo e vamos aprovar, independente de valores. Mas seria interessante, no futuro, quando houver esse tipo de coisa, sabermos o que está acontecendo. **Sr. Fernando Cera** - Só queria colocar que o que votamos na última reunião foi exatamente a prorrogação. Não tivemos nenhuma suplementação de valores. A suplementação de valores foi votada em 27 de outubro de 2011, que foi o Voto nº 46/2011. De lá para cá, desde que foram constatadas as irregularidades do ponto de vista estrutural, foram feitas essas análises técnicas, a substituição da assessoria técnica, a constituição de uma nova assessoria e agora vamos ter um levantamento tanto do ponto de vista técnico, estrutural, quanto do ponto de vista financeiro, para avaliar se os recursos que naquele momento foram aportados e que não foram desembolsados (eles estão aplicados) são suficientes para a continuidade da obra. E a suplementação aconteceu em itens não previstos. Então, ela não foi uma suplementação em itens já previstos no contrato original. E aí o que pedimos é exatamente isso, a suspensão do prazo para 14 de abril de 2018. **Sra. Verônica** - Conheço essa história da COOPAMARE da época que o Marsura estava chegando a ser diretor da Caixa, da 25 de Janeiro. E a Prefeitura era a Marta Suplicy. Isso vem se arrastando de prefeito para prefeito. Dai, hoje o Marsura não está mais na Caixa. Já está conosco na prefeitura. Já está o Fernando. E o povo, que é mais vulnerável, que mais precisa, já está há quantos anos aí esperando um cantinho para morar? Com certeza, é a mesma história nossa no São Francisco, que o Marsura e o Fernando sabem, que muitos dessa demanda até morreram. Acho que tem que ter esses gastos que foram já investidos, mas, no nosso caso, não é mais do que o valor que já estava na obra. E o caso da nossa parceira aqui é mais complicado ainda porque é o Crédito Solidário. Não sei como eles conseguiram chegar com essa obra até onde chegaram, porque o Crédito Solidário é o dinheiro menor que havia na época na Caixa Econômica, no Ministério das Cidades. É claro que hoje com o valor não faz mais. Não adianta. Por mais que gastou doze milhões, mas, se naquela época tivessem executado a obra, pode ser até que conseguisse fazer. Acho que esse pedido do Fernando da Caixa, temos que apoiá-lo, que é aquilo que discutimos na reunião passada com o secretário aqui, que todos os programas, sejam eles do FDS, do Crédito Solidário, do Minha Casa Minha Vida, do que for, vamos tentar desamarrar os nós para que isso termine. Se eu conseguir ser conselheira ainda, não espero ter que votar o ponto da COOPAMARE de novo. **Sra. Mariza** - Estamos aqui sempre pensando em votar nos empreendimentos que já eram para ter terminado. E o que nos dá mais angústia é que sabemos que, quanto mais demora a obra, mais fica cara. Então, quando vimos aqui os empreendimentos que temos que estar juntos e aportar e fazer com que o Fundo libere o dinheiro, em parceria com a Caixa, acho que não temos outra coisa a dizer; acho que temos que dar apoio para finalizar esses empreendimentos, até para regularizar a obra, até para vir novos recursos, até para se gerar novas construções das unidades habitacionais, porque temos uma lista de demanda constantemente. Temos várias famílias que estão na fila, tanto dos movimentos, não sei como está aqui a fila da COHAB, que precisam de moradia. Então, como vamos diminuir o déficit habitacional, se não conseguimos construir novas unidades? Como vamos regularizar o empreendimento se não conseguimos terminar? Como conselheira municipal de habitação, também digo sim para haver mais um prédio para a assessoria, junto com o movimento, para parceiros fazerem esse levantamento, para depois trazerem para nós aqui quanto de recurso de fato precisa para terminar a obra, para darmos um cheque-mate nessa história, para as famílias irem morar, porque obra parada gera gastos e ocupações desorganizadas. Então, como conselheiros, temos que ter essa responsabilidade em ajudar esses movimentos que estão aqui para finalizar essa história que tenho certeza que as famílias estão lá aguardando

ansiosamente para ir morar. **Sr. Gilmar** - Vou propor como encaminhamento para a próxima reunião colocarmos todos os passos que foram dados, todo o custo que essa obra já representou, ou pode representar, para que fique claro. Hoje o pedido está muito claro qual é. Acho que não vai haver nenhum tipo de problemática. Acho que o Conselho entende muito bem. Mas, para que venhamos a exaurir as dúvidas, é uma proposta de encaminhamento. **Sra. Juliana** - A atribuição da COHAB nesses convênios, analisamos a prestação de contas e repassamos para a Caixa os recursos que foram aprovados aqui, no FMH. É mais ou menos isso nossa atribuição. E sabemos que esses recursos estão lá, que será apresentado um novo orçamento. A nossa atribuição é unicamente essa. Não vamos dar palpites. Porque a Caixa que vai analisar detalhadamente o que os senhores vão apresentar. Sabemos que esse recurso está lá, já está depositado, deve estar rendendo alguma coisa. Mas é mais ou menos isso nosso papel da COHAB. **Sr. Fernando** - Concorde com o encaminhamento proposto pelo Sr. Gilmar. Só queria deixar claro que acho que a maior preocupação nossa foi de dizer aqui que o projeto não está parado. Temos feitos reuniões com a entidade, com a assessoria técnica. A engenharia disponibilizou todo o material para que essa nova assessoria técnica pudesse fazer o levantamento da melhor forma possível. E é isso que está acontecendo. Então, a preocupação maior foi de tentar trazer isso para o Conselho, para que tivesse esse sentimento de que, apesar de todo tempo que está levando para que esse projeto volte à retomada de obras, esse projeto não está parado; está caminhando, está sendo feito todo o levantamento, e tivemos um alinhamento entre a entidade e a assessoria de mitigar todo o risco possível do ponto de vista técnico - isso foi feito inclusive in loco na própria obra - e ao mesmo tempo para que pudessemos buscar ao máximo ter a economia nos recursos para que tentássemos se possível até não ter aporte de recursos depois que tivesse sido feito esse levantamento. É óbvio que só vamos fazer isso dentro de uma margem de segurança. Por isso que o tempo todo não estamos falando, em momento algum, de aporte de recursos e sim da prorrogação, para que consigamos fazer uma análise o mais fidedigna possível e do ponto de vista financeiro o mais econômico possível, garantindo a habitabilidade do empreendimento, mas habitabilidade do ponto de vista de garantir que façamos essa entrega. É aprovado o Item 3, por unanimidade dos presentes na reunião tanto a solicitação de voto CECMMH nº10/2017 para a prorrogação da suspensão do prazo por mais 180 dias contados a partir do término do prazo da última prorrogação, de forma a terminar em 15 de abril de 2018, como a minuta de Resolução sobre a matéria elaborada pela Secretaria Executiva do CMH, sendo esta a ser publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo com a numeração "Resolução CMH nº92", e passa-se ao Item 4 Preparativos para a Eleição do CMH de 2018 - **Sra. Ana Maluf** - Como sabemos, o mandato dessa 6ª Gestão do Conselho Municipal de Habitação irá se expirar no dia 21 de julho de 2018. E, por força da Lei nº 13.425, que instituiu o Conselho e do Regimento Interno do Conselho, Resolução nº 01/2003, é necessária a formação de uma Comissão Eleitoral para organizar e realizar o processo eleitoral da próxima gestão do CMH. Essa Comissão Eleitoral é soberana. Ela será indicada pelos conselheiros, mas ela é soberana para realizar o processo de cadastramento e o processo eleitoral. Então, na próxima reunião do dia 26 de outubro de 2017, na reunião do Conselho Pleno, já temos que ter os nomes de quem os conselheiros vão indicar para serem os representantes na Comissão Eleitoral. A ideia é ter três representantes do Poder Público, três da Sociedade Civil e três dos Movimentos Populares para compor essa Comissão Eleitoral. Para tanto, vamos encaminhar, a partir de hoje, um e-mail para todos os conselheiros, informando isso e encaminhando um formulário. Aquelas entidades que desejarem indicar um representante para fazer parte dessa Comissão Eleitoral nos devolverão esse formulário preenchido, até o dia 20 de outubro, para podermos ter tempo de organizar tudo para a próxima reunião do Conselho Pleno. E, se houver um número suficiente, não haverá necessidade de haver alguma votação no plenário. Caso contrário, seria necessário que houvesse um acordo entre as pessoas. Os indicados para a Comissão Eleitoral não podem vir a ser candidatos nessa próxima eleição. Têm que tomar cuidado com quem os senhores vão querer indicar. Já aconteceu de sair uma Portaria com o nome de pessoas que foram indicadas pela entidade, mas que na realidade depois decidiram que essa pessoa seria um candidato da entidade, e aí teve que voltar tudo para trás. O formulário é a ficha de indicação de representante, que estará acompanhando esse e-mail que vamos mandar, com o nome da entidade, o nome do conselheiro ou do presidente da entidade, que é responsável pela indicação. Ele assina esse formulário e dá o nome, RG, telefone celular, telefone fixo e e-mail dessa pessoa que ele está indicando para compor a Comissão Eleitoral. **Sr. Gilmar** - É claro que essa Comissão vai ter toda a publicidade. Se houver um acordo entre todos, só vamos na verdade apresentar quem são. Agora, se for necessário, faremos aqui obviamente uma escolha na hora, se não houver uma unanimidade, digamos assim. Não precisa ser uma unanimidade, porque muitas vezes não vai caber unanimidade. **Sra. Fabiana** - Vai haver suplente? **Sra. Ana Maluf** - Fiz o levantamento das quatro, cinco últimas eleições que aconteceram, e na realidade o suplente nem aparece. Na hora que o titular não está podendo vir, ele imagina que o suplente está vindo e não está vindo. E, quando resolve vir, eventualmente, tumultua um pouco o processo dos trabalhos da comissão. Então, estamos nos baseando como foi feito em CPMU, que também não teve titular e suplente. Fez-se uma comissão mais enxuta e procurou-se, como o Gilmar está dizendo, colocar pessoas que tenham um conhecimento na Comissão, que viabilizem mais rapidamente os entendimentos dentro desse processo. Então, a do CPMU teve um grande resultado positivo por força disso. **Sr. Gilmar** - Ganhamos celeridade também. **Sra. Ana Maluf** - Sobre a escolha dos representantes nessa Comissão Eleitoral, por exemplo, nos movimentos populares, tivemos três ou quatro chapas que foram eleitas. É uma questão dessas chapas que foram eleitas se conversarem e verem quem são as três pessoas que querem indicar. Na Sociedade Civil, vemos que historicamente quem faz parte dessa Comissão Eleitoral geralmente são entidades que fazem parte da Comissão Executiva, ou seja, SINDUSCON, SECOVI, APEMEC, Centro Gaspar Garcia, Universidade. Geralmente, são essas entidades que se compõem e decidem quem vai fazer parte da eleição. E o Poder Público fica a critério do Secretário, do Presidente da COHAB, enfim, de eles fazerem a indicação. Mas é super importante que já tenhamos essa conversa prévia entre os senhores, esse acerto, para diminuirmos prazos. Porque estamos imaginando, se no dia 26 de outubro já saímos com a comissão formada, teremos aqui uma Portaria publicada no Diário Oficial, com os nomes dessa comissão, no dia 30 de outubro. Fiz um planejamento de datas de reunião para fecharmos, por exemplo, o edital. Posso adiantar para os senhores que já preparei uma minuta desse edital vendo as coisas que estavam ruins nos anteriores, melhorando, aperfeiçoando, que é sempre o melhor que temos a fazer. Ele está praticamente desenhado, esperando a contribuição dessa Comissão Eleitoral. E aí programamos as datas em que se realizariam essas reuniões da Comissão Eleitoral. No dia 7, 14 e 21 de novembro, e 5 e 8 de dezembro. Em 8 de dezembro, estaríamos com o edital fechado para ser publicado no dia 13 de dezembro. No dia 13 de dezembro publicaríamos esse edital, que vai informar todas as regras.